

EVOLUÇÃO DA RENDA NAS CIDADES DE CARAÍ E TEÓFILO OTONI, LOCALIZADAS NO NORDESTE DE MINAS GERAIS, NOS ANOS DE 2000 E 2010

Alexandre Sylvio Vieira da Costa*

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo avaliar a evolução econômica de Carai e Teófilo Otoni, municípios da região Nordeste de Minas Gerais. Em Carai, a diferença de rendimento *per capita* dos 20% mais pobres em relação aos 20% mais ricos aumentou 47,5% entre 2000 e 2010, enquanto que em Teófilo Otoni reduziu 20,9%. Nas faixas de renda mais baixas observou-se maiores acréscimos na renda *per capita* em Teófilo Otoni. Em relação à correção do salário mínimo e índices inflacionários, verificou-se perdas em todos os segmentos. No grupo de menor renda, as perdas variaram entre 51,75% e 64,59% para Carai e 7,75% a 32,30% para Teófilo Otoni. Investimentos privados em Teófilo Otoni geraram empregos com salários reduzidos, mas valores corrigidos significativamente devido aos aumentos reais do salário mínimo. Em Carai, quase metade da população depende do Programa Bolsa Família, com valores não sendo corrigidos acompanhando a inflação ou as correções do salário mínimo entre 2003 e 2010 gerando queda na renda média.

PALAVRAS-CHAVE: Bolsa Família; Inflação; Pobreza.

THE EVOLUTION OF WAGES IN THE TOWNS OF CARAÍ AND TEÓFILO OTONI, NORTHEASTERN REGION OF THE STATE OF MINAS GERAIS, BETWEEN 2000 AND 2010

ABSTRACT: Current research evaluates the economical evolution of the towns of Carai and Teófilo Otoni in the northeastern region of Minas Gerais, Brazil. In Carai, the *per capita* wage difference of the 20% poorest compared to that of the 20% richest increased 47.5% between 2000 and 2010, whereas it decreased 20.9% in Teófilo Otoni. There were greater increases in *per capita* wages in Teófilo Otoni in the lowest wage brackets. Losses in all segments occurred when minimum wages and inflation rates were corrected. Losses among the lowest wage groups varied between 51.75% and 64.59% for Carai and between 7.75% and 32.30% for Teófilo Otoni. Private investments in Teófilo Otoni produced employment with reduced wages but rates were significantly corrected due to real increase in minimum wages. Almost

* Eng. Agrônomo; Docente Adjunto A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campus JK, Brasil; E-mail: alexandre.costa@ufvjm.edu.br

half the population in Carai depends on the government family allowance, with non-corrected rates coupled to inflation or correction of minimum wage between 2003 and 2010 with decrease in mean wage.

KEY WORDS: Family Allowance; Inflation; Poverty.

INTRODUÇÃO

A pobreza é um fenômeno amplo e complexo, associando-se ao surgimento de carências relativas aos vários aspectos da condição de vida do indivíduo (ROCHA, 1997). O principal modelo de determinação da pobreza está baseado na comparação de sua renda com um valor mínimo considerado necessário para participar adequadamente do modelo social implementado.

O desenvolvimento econômico é o processo no qual a renda *per capita* de uma dada sociedade se eleva acompanhado de diversas mudanças estruturais como os índices de natalidade e mortalidade, educação, saúde, dentre outros. De forma concomitante ao desenvolvimento econômico, espera-se uma evolução do desenvolvimento humano, onde a maior parte desta população seja beneficiada com as mudanças como a melhoria no seu padrão de vida, nas condições de saúde e expectativa de vida.

Para Ferreira et al. (2006) uma das características marcantes da economia brasileira sempre foi o seu elevado grau de desigualdade de renda. Em 2004 o Brasil foi classificado pelo índice GINI como o 10º país com maior desigualdade no mundo.

Hoffmann (2002) cita que o rendimento dos indivíduos economicamente ativos é apropriado para analisar as mudanças mais diretamente associadas ao mercado de trabalho, mas para as análises das diferenças dos níveis de vida torna-se mais apropriado analisar a classificação das pessoas de acordo com o rendimento familiar *per capita*.

Os dados do PNAD de 2001 mostraram que o Nordeste é a região com maior desigualdade e o Estado de São Paulo e a região Sul do Brasil apresentam menor desigualdade quando comparamos os 10% mais ricos com os 40% mais pobres. Nesta comparação, na região Nordeste, o valor médio foi de 25,2 vezes, enquanto

que em São Paulo e na região Sul estes valores foram inferiores a 18.

Segundo Cacciamali (2002), a concentração de renda no Brasil atingiu patamares elevados nos anos 80 até o início dos anos 90, período de elevada instabilidade econômica, mudanças institucionais, altas taxas de inflação e aumento do *deficit* público. Estas décadas foram marcadas por períodos de profunda recessão, aumento do desemprego e a desorganização do mercado de trabalho. Neste período a inflação e a indexação da economia foram os principais responsáveis pela transferência de recursos a favor das classes de maior renda no Brasil.

Entre 1993 e 2001 ocorreu uma evolução na desigualdade dos rendimentos das pessoas economicamente ativas e na desigualdade do rendimento familiar *per capita*. Dentre os motivos desta variação, diversos autores citam o aumento da importância dos rendimentos recebidos nas formas de aposentadorias e pensões.

Hoffmann (1998) verificou um efeito positivo e estatisticamente significativo dos valores da inflação sobre o grau de desigualdade na distribuição de renda, ou seja, o aumento da inflação tende a agravar a desigualdade na distribuição de renda. Correlação inversa e significativa foi observada em relação ao valor real do salário mínimo e a distribuição de renda no Brasil, mostrando que quando o salário mínimo é corrigido acima dos índices inflacionários temos uma redução da desigualdade da distribuição de renda. De modo contraditório aos resultados obtidos por Cardoso (1993), utilizando dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE verificou que, em seis áreas metropolitanas no período de 1981 a 1991, o aumento real do salário mínimo proporcionou um aumento na desigualdade de renda no Brasil.

Alguns autores demonstraram através dos modelos de regressão ajustados que a desigualdade na distribuição da renda está diretamente associada ao nível de pobreza absoluta, mas que as alterações no rendimento médio eram mais significativas na avaliação dos níveis de pobreza (HOFFMANN, 1998).

Podemos afirmar que os elevados graus de desigualdade estão intimamente associados a uma queda na qualidade de vida para todos os extratos da população, principalmente da classe mais pobre. São sociedades que, por problemas na constituição de ambientes de elevada produtividade, tornam-se mais violentas com desperdícios de recursos e degradação urbana. Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2000) houve uma inaceitável estabilidade da desigualdade da distribuição

da renda no Brasil no último quarto do século passado. Peña et al. (2015) citam que as tendências das políticas públicas de transferências de renda antes da implantação do Programa Bolsa Família demonstraram ser ineficientes na ruptura do chamado “ciclo da pobreza”, resultados que corroboram os trabalhos de Soares et al. (2010) afirmando que, neste período, a situação dos programas de transferência de renda condicionada no Brasil era pouco eficaz, gerado pela ausência de acompanhamento, gestão e controle dos programas.

O Programa Bolsa Família foi criado em 2003 visando a unificação dos programas de transferência de renda, iniciados nos diversos âmbitos da Federação desde 1995. Neste caso, a transferência de renda ocorre com a transferência monetária direta para famílias e indivíduos. Tem como principal objetivo a inclusão social de famílias pobres ou extremamente pobres, possibilitando a saída da situação de vulnerabilidade. Desde sua criação, a abrangência do Programa Bolsa Família aumentou em todo o país. Inicialmente, existiam 3,6 milhões de famílias beneficiadas. Em 2011, totalizava 13,3 milhões de famílias incluídas. Segundo Alves (2011), devido a este modelo de ação social, em dez anos, 26,1 milhões de pessoas saíram da condição de pobreza. Em 2000 eram 57 milhões os pobres no país. Este número foi reduzido para 30,9 milhões em 2010. O modelo é caracterizado como o principal programa de transferência condicionada de renda do mundo (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2011). No ano de 2010, somente no Programa Fome Zero foram repassados R\$ 19,5 bilhões, enquanto em 2005, este valor foi de R\$ 11,9 bilhões (STANGLER, 2011).

Segundo o IPEA (2010), os índices de miséria e pobreza têm reduzido significativamente desde a implementação do Programa Bolsa Família no Brasil. Destacou-se no *4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio* que, de 2003 a 2008, houve uma redução da pobreza extrema de 12% para 4,8%, respectivamente. Segundo a FGV (2015), a análise dos indicadores de desenvolvimento social mostra indícios de que o Bolsa Família contribui na melhoria da situação de milhões de famílias sendo decorrentes do aumento da renda e das exigências para permanência no Programa que incluem educação e saúde. Neder, Alves Filho, Souza (2015) citam que, apesar do destaque do Programa Bolsa Família, modelo recomendado por organizações como a FAO para amenizar o impacto da

inflação de alimentos observada a partir do fim dos anos 2000, políticas específicas como essas são incapazes de garantir estruturalmente condição alimentar adequada, não apresentando potencial pleno de remediação do problema da fome. Os autores citam também o caráter conjuntural do Programa, pois não existem garantias de continuidade desta política, sujeita à disponibilidade de recursos, que depende do planejamento governamental e da conjuntura das economias nacional e internacional, processos imprevisíveis para as economias capitalistas e globalizadas, sujeitas a diversas formas de crise.

2 OBJETIVOS

Este artigo tem por objetivo avaliar as variações de renda das populações dos municípios de Teófilo Otoni e Carai, entre os anos de 2000 e 2010, o seu ganho real em relação aos índices inflacionários, o Programa Bolsa Família e o salário mínimo e a avaliação da desigualdade da distribuição de renda neste período.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os municípios de Carai e Teófilo Otoni localizam-se na região Nordeste de Minas Gerais, nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, respectivamente. São cidades geograficamente próximas, mas com desenvolvimento diferenciado. A primeira, de pouca expressão econômica e baixo IDHM, e a segunda, cidade polo da região. As informações socioeconômicas foram obtidas no *site* do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil). A evolução do rendimento médio dos segmentos econômicos da população foi comparada e avaliada nos anos de 2000 e 2010, além dos seus ganhos reais em relação aos índices inflacionários do período e as correções do salário mínimo. Também foram avaliados os graus de desigualdade na distribuição de renda entre os segmentos mais pobres e de maior poder aquisitivo e os resultados socioeconômicos da implementação do Programa Bolsa Família.

Na Tabela 1 observa-se a evolução dos valores da renda média *per capita* da

população de Carai e Teófilo Otoni e seus segmentos por faixa de renda nos censos de 2000 e 2010. Observa-se que a renda média da população de Teófilo Otoni é superior a de Carai em todos os segmentos analisados. Teófilo Otoni é o município polo do Vale do Mucuri concentrando grande parte do comércio, instituições financeiras e de ensino da região, fatores que potencializam a renda da população do município, diferente do município de Carai, que apresenta um dos menores índices de desenvolvimento humano (IDH) da região e do Estado de Minas Gerais. A renda média da população de Teófilo Otoni foi 154% superior a média de Carai, para o ano de 2010, mantendo-se na mesma proporção do senso de 2000, onde a diferença foi de 150%. Em relação à renda dos grupos dos 20% mais pobres, verificamos um aumento significativo nas diferenças das médias das rendas entre os municípios nos anos de 2000 e 2010. Em 2000 esta diferença foi de 82,7%, saltando em dez anos para 249,3%. Aproximadamente a metade das famílias de Carai recebe recursos do Programa Bolsa Família. Valores importantes que evitam que mais famílias passem a fazer parte do grupo da pobreza absoluta, mas que não impedem que as pessoas saiam da situação de pobreza, considerando que as modalidades do Bolsa Família têm valor médio muito abaixo do salário mínimo e valores limitados pelo número de jovens e adolescentes na família.

Em Teófilo Otoni, em função dos investimentos públicos e privados, as ofertas de empregos tiveram aumentos e, mesmo sendo com remunerações reduzidas, eles não são inferiores ao salário mínimo, o que gera uma renda *per capita* melhor para as famílias. Os municípios mais pobres apresentam grande carência em investimentos em infraestrutura, na geração de empregos e qualificação profissional. Este fato mostra a importância do Programa Bolsa Família para estes municípios, apesar do seu reduzido valor.

Estes investimentos em infraestrutura refletem também na renda média *per capita* dos 20% da população mais rica. Entre 2000 e 2010, no município de Carai, esta faixa da população apresentou um acréscimo na renda *per capita* de apenas 37,8%, enquanto em Teófilo Otoni, o acréscimo foi de 41,3%, para a mesma faixa de rendimento. Mesmo com a renda média dos 20% da população com maior renda *per capita* de Teófilo Otoni ser praticamente o triplo da renda média da população de Carai, os mesmos ainda conseguiram, na década avaliada, um acréscimo percentual

superior na renda média. Estes resultados mostram a importância dos investimentos públicos e privados em emprego e renda como as instituições públicas e privadas de ensino superior e empresas de engenharia, por exemplo, que geram maiores faixas salariais aos seus funcionários e a melhoria da qualidade de vida da população.

O fator que interferiu positivamente no aumento da renda *per capita* dos 20% mais pobres de Teófilo Otoni foi a correção do salário mínimo entre 2000 e 2010, muito acima da inflação (Tabela 2). O acréscimo do salário mínimo nesta década foi de 237,75%, enquanto de todos os índices de avaliação da inflação, o mais elevado, o IGP-M, registrou alta de 152,84% no mesmo período. Outros índices, como o IPC-FIPE, registraram valores menores para a década, 85,57%. Desta forma podemos verificar que a geração de empregos, com salários mais baixos, próximos ao salário mínimo, tem melhorado significativamente a qualidade de vida do trabalhador, considerando o reajuste dos seus salários acima dos índices inflacionários.

Tabela 1. Renda Média Per Capita, em Reais, de Segmentos da População das Cidades de Carai e Teófilo Otoni, Localizadas em Minas Gerais, entre 2000 e 2010

Carai						
Ano	¹ RDPC	² RDPC1	³ RDPC2	⁴ RDPC3	⁵ RDPC4	⁶ RDPC5
2000	165,93	29,51	59,26	92,01	149,47	499,41
2010	244,29	26,42	92,46	157,47	256,63	688,35
Teófilo Otoni						
2000	415,51	53,91	122,11	200,52	354,97	1.346,05
2010	615,34	92,28	208,73	335,60	542,09	1.901,78

¹RDPC - Renda *per capita* média

²RDPC1 - Renda *per capita* média do 1º quinto mais pobre da população

³RDPC2 - Renda *per capita* média do 2º quinto mais pobre da população

⁴RDPC3 - Renda *per capita* média do 3º quinto mais pobre da população

⁵RDPC4 - Renda *per capita* média do 4º quinto mais pobre da população

⁶RDPC5 - Renda *per capita* média do 1º quinto mais rico da população

Tabela 2. Valor do Salário Mínimo (em Reais), % de Acréscimo e Inflação Acumulada Oficial

entre os anos de 2000 e 2010

Salário mínimo	2000	2010	% acréscimo
	151,00	510,00	237,75%
Índices*	% acumulada entre 2000 e 2010		
IGP-M ¹	152,84%		
IPC-FIPE ²	85,57%		
INPC ³	107,60%		
IPCA Geral ⁴	101,18%		
IGP-DI ⁵	151,02%		

* <http://economia.uol.com.br/financas-pessoais/calculadoras/2013/01/01/indices-de-inflacao.htm>

¹IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado

²IPC-Fipe – Índice de Preços ao Consumidor

³INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

⁴IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

⁵IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

Os projetos assistencialistas de transferência de renda como o Bolsa Família são de extrema importância para a população brasileira mais carente, significando, em muitos casos, o limite entre a vida e a morte. Apesar disso, podemos verificar que, se não houver uma política de desenvolvimento e emprego clara, paralelamente aos programas assistenciais, a segregação entre o segmento mais rico da população e o mais pobre tende a aumentar, considerando as políticas de reajuste dos programas assistenciais e do salário mínimo. Esta afirmação pode ser observada na Tabela 3 onde foi avaliada a relação da renda média *per capita* dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres dos municípios de Teófilo Otoni e Carai.

Em Carai, onde se tem uma maior dependência dos programas assistenciais, verifica-se que a relação entre os ganhos médios dos 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres subiu de 16,93 vezes em 2000 para 26,05 vezes em 2010, enquanto que no município de Teófilo Otoni houve uma queda nesta relação de 24,97 vezes para 20,61 vezes entre 2000 e 2010. Em Carai verifica-se que a remuneração dos assalariados e profissionais liberais, de maior renda, apresentou acréscimos maiores do que os que receberam auxílio dos programas assistenciais, na menor faixa de renda, enquanto que, em Teófilo Otoni, as faixas de menor renda, sendo compostas

em parte de assalariados, apresentaram ganhos superiores, processo que reduziu as diferenças para a faixa dos 20% mais ricos (Tabela 3). Diferentemente do que foi observado por Cavalcanti, Costa e Silva (2013), no Nordeste, onde o impacto do Bolsa Família foi positivo no aspecto desigualdade em relação à renda e à pobreza na região, principalmente os cidadãos classificados na faixa de extremamente pobres.

Tabela 3. Relação entre a Média *per capita* dos Salários do 1º Quinto mais Rico e o 1º Quinto mais Pobre da População dos Municípios de Carai e Teófilo Otoni, Minas Gerais

	Carai	Teófilo Otoni
2000	16,93	24,97
2010	26,05	20,61

Na Tabela 4, temos o percentual de aumento da renda média *per capita* dos segmentos das faixas de renda da população de Carai e Teófilo Otoni. Nos valores médios *per capita* dos rendimentos das populações, observamos que os aumentos foram próximos, entre 47,22% e 48,09%, para Carai e Teófilo Otoni, respectivamente. As diferenças surgem de forma mais evidente na segregação das classes de renda. Observa-se que nas classes inferiores de renda (RDPC1 e RDPC2) o acréscimo da renda *per capita* média em Teófilo Otoni foi superior a de Carai, enquanto que os dois grupos de renda média seguintes (RDPC3 e RDPC4) apresentaram uma inversão com maior acréscimo de renda da população de Carai. No grupo da população de maior renda média (RDPC5), observa-se uma diferença reduzida no acréscimo entre os municípios.

Nos grupos de menor renda *per capita* (RDPC1 e RDPC2), as cidades apresentaram origens distintas predominantes dos recursos financeiros. No caso de Carai, são famílias beneficiadas pelos programas sociais do governo, enquanto que em Teófilo Otoni a predominância é de famílias de assalariados e micro empresários. As correções financeiras do salário mínimo, muito acima dos programas sociais, são os principais fatores que geraram estas diferenças de acréscimos de renda *per capita*. Nos grupos seguintes (RDPC3 e RDPC4) estão englobados um grupo maior de famílias com trabalhadores assalariados de menor renda em Carai. Para estes grupos, o acréscimo da renda foi superior a 71%. Em Teófilo Otoni, nestas faixas de

renda, verificamos um reajuste menor dos rendimentos. Neste caso temos pessoas assalariadas, mas de renda elevada e pequenos empresários, grupos que, dentro da política econômica dos governos Federal e Estadual de desindexação, apresentaram menores aumentos na renda.

As políticas de menores reajustes para os grupos de maiores salários, pensões e empresários, e inflação reduzida, limitaram o crescimento econômico do grupo de maior renda *per capita* (RDPC5), em ambas as cidades.

Apesar dos acréscimos observados nas rendas médias *per capita* dos diversos segmentos da população dos municípios, com exceção da faixa de menor renda *per capita* da população de Carai, observamos na Tabela 5 que, quando comparado ao salário mínimo, a renda média *per capita* da população de Carai em 2000 era equivalente a quase 110% do salário mínimo e, em 2010, esta relação passou para 47,90%. Em Teófilo Otoni, a queda também ocorreu. A renda média que era de 275,17% do salário mínimo reduziu para 120,65%. Estas quedas foram protagonizadas por todos os segmentos de renda *per capita* das populações de Carai e Teófilo Otoni. A desindexação do salário mínimo em relação às negociações dos setores produtivos, com exceção dos assalariados que recebem um salário mínimo, no processo de reajuste salarial, foi um dos fatores determinantes para esta queda na relação ao longo da década avaliada.

Tabela 4. Aumento, em Porcentagem, da Renda Média *Per capita* de Segmentos da População dos Municípios de Carai e Teófilo Otoni, Minas Gerais, entre os anos de 2000 e 2010

	¹ RDPC	² RDPC1	³ RDPC2	⁴ RDPC3	⁵ RDPC4	⁶ RDPC5
Carai	47,22%	-10,47%	56,02%	71,14%	71,69%	39,78%
Teófilo Otoni	48,09%	71,17%	70,93%	67,36%	52,72%	41,29%

¹RDPC - Renda *per capita* média

²RDPC1 - Renda *per capita* média do 1º quinto mais pobre da população

³RDPC2 - Renda *per capita* média do 2º quinto mais pobre da população

⁴RDPC3 - Renda *per capita* média do 3º quinto mais pobre da população

⁵RDPC4 - Renda *per capita* média do 4º quinto mais pobre da população

⁶RDPC5 - Renda *per capita* média do 1º quinto mais rico da população

Tabela 5. Porcentagem do Valor da Renda Média *Per capita* dos Segmentos da População

dos Municípios de Carai e Teófilo Otoni, Minas Gerais, em Relação ao Valor do Salário Mínimo em 2000 e 2010

Carai						
Ano	¹ RDPC	² RDPC1	³ RDPC2	⁴ RDPC3	⁵ RDPC4	⁶ RDPC5
2000	109,89%	19,54%	39,24%	60,93%	98,98%	330,73%
2010	47,90%	5,18%	18,13%	30,88%	50,32%	134,97%
Teófilo Otoni						
2000	275,17%	35,70%	80,87%	132,79%	235,08%	891,42%
2010	120,65%	18,09%	40,93%	65,80%	106,29%	372,89%

¹RDPC - Renda *per capita* média

²RDPC1 - Renda *per capita* média do 1º quinto mais pobre da população

³RDPC2 - Renda *per capita* média do 2º quinto mais pobre da população

⁴RDPC3 - Renda *per capita* média do 3º quinto mais pobre da população

⁵RDPC4 - Renda *per capita* média do 4º quinto mais pobre da população

⁶RDPC5 - Renda *per capita* média do 1º quinto mais rico da população

A Tabela 6 complementa a Tabela 5 com informações dos valores da renda média *per capita* de cada segmento de renda das populações em 2010 com a determinação de qual deveria ser o valor médio das faixas salariais se fossem corrigidos pelo salário mínimo e quais foram as perdas dos segmentos.

Em relação à média geral da renda *per capita* da população do município de Carai, que em 2010 era de R\$ 244,29, pela correção do salário mínimo deveria ser de R\$ 560,42, uma perda de 56,41% no seu valor. As maiores reduções foram observadas na população de menor renda (RDPC1) onde as perdas registradas foram de 73,49%. A renda média *per capita* em 2010 deveria ser de R\$ 99,67, mas os registros mostram valor de R\$ 26,42. Esta grande diferença teve como um de seus principais fatores, provavelmente, a menor correção dos valores dos programas assistenciais ao longo desta década. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2015), em 2003 eram 3,6 milhões de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família e uma distribuição de recursos de 3,4 bilhões de reais/ano, uma média de R\$ 78,70 por família. Em 2010 eram 12,9 milhões de famílias atendidas pelo Programa com recursos da ordem de 13,4 bilhões de reais/ano, uma média de R\$ 86,56 por

família. Neste mesmo período, os valores do benefício básico subiram de R\$ 50,00, para R\$ 70,00, um acréscimo de 40%.

No município de Teófilo Otoni, a queda na renda da população do grupo de menor renda *per capita* (RDPC1 e RDPC2), em relação ao salário mínimo, foi inferior aos valores obtidos em Carai. A maior concentração de trabalhadores nesta classe de renda, assalariados e recebendo valores iguais ou pouco superiores ao salário mínimo, fez com que as perdas fossem inferiores, considerando que as correções dos valores salariais não podem culminar com valores inferiores ao salário mínimo. Desta forma, as suas correções acompanharam os índices de correção implementados pelo Governo Federal.

Novamente verificamos que as políticas assistenciais dos governos, como o Programa Bolsa Família, não podem ser utilizadas como fonte permanente de renda, devido ao seu reduzido valor. Mas, para que isto aconteça, os governos devem criar políticas públicas de geração de emprego e renda, mesmo baseadas no salário mínimo, pois pela própria política de reajustes do Governo Federal, o salário mínimo tende a ter aumentos anuais significativos, que elevam o seu valor real.

Tabela 6. Valores Estimados da Renda Média *Per Capita*, Para o Ano de 2010, dos Segmentos da População dos Municípios de Carai e Teófilo Otoni, Minas Gerais, em Reais, pelo Acumulado de Correção do Salário Mínimo, entre os Anos de 2000 e 2010 e Estimativa das Perdas em Relação ao Valor Real, em Porcentagem (Continua)

Carai						
	¹ RDPC	² RDPC1	³ RDPC2	⁴ RDPC3	⁵ RDPC4	⁶ RDPC5
Renda média <i>per Capita</i> (2010)	244,29	26,42	92,46	157,47	256,63	688,35
Valor corrigido pelo salário mínimo no Período entre 2000 e 2010	560,42	99,67	200,15	310,76	504,23	1.686,75
Perdas em relação a correção do salário mínimo entre 2000 e 2010	56,41%	73,49%	53,80%	49,33%	49,10%	59,19%
Teófilo Otoni						
Renda média <i>Per capita</i> (2010)	615,34	92,28	208,73	335,60	542,09	1.901,78
Valor corrigido pelo salário mínimo no Período entre 2000 e 2010	1.4043,38	182,08	412,42	677,25	1.198,91	4.546,28

(conclusão)

Perdas em relação a correção do salário mínimo entre 2000 e 2010	56,15%	49,32%	49,39%	50,46%	54,78%	58,17%
--	--------	--------	--------	--------	--------	--------

¹RDPC - Renda *per capita* média²RDPC1 - Renda *per capita* média do 1º quinto mais pobre da população³RDPC2 - Renda *per capita* média do 2º quinto mais pobre da população⁴RDPC3 - Renda *per capita* média do 3º quinto mais pobre da população⁵RDPC4 - Renda *per capita* média do 4º quinto mais pobre da população⁶RDPC5 - Renda *per capita* média do 1º quinto mais rico da população

Na Tabela 7 verificam-se as perdas das rendas *per capita*s dos segmentos populacionais das duas cidades em relação aos índices inflacionários. Considerando os diversos índices inflacionários registrados na década entre 2000 e 2010 foi estimada qual deveria ser a renda média *per capita*. No caso de Carai, a renda *per capita* média da população em 2010 deveria ser de valores variando entre R\$ 307,91, considerando a inflação medida pela IPC-FIPE que foi de 85,57%, e R\$ 419,54, considerando a inflação medida pelo IGP-M que foi de 152,84%. O valor real em 2010 era de R\$ 244,29. Em Teófilo Otoni, considerando os mesmos extremos de avaliação inflacionária, os valores *per capita* médios dos salários deveriam oscilar entre R\$ 771,06 e R\$ 1050,57, mas em 2010 o valor registrado foi de R\$ 615,34.

As perdas nas rendas médias *per capita* dos municípios de Carai e Teófilo Otoni apresentaram valores semelhantes variando entre 20 e 42%, dependendo do índice inflacionário adotado. Estas diferenças ficam acentuadas quando comparamos os índices inflacionários nos diferentes segmentos de renda. No grupo de renda *per capita* baixa (RDPC1), verificamos que as perdas de renda ficaram entre 51,75 e 64,59%, diferente de Teófilo Otoni, onde estes valores oscilaram entre 7,75% e 32,30%, muito inferior aos valores de Carai. Esta tendência prossegue até o segundo grupo da população de renda *per capita* mais baixa (RDPC2).

Novamente podemos observar as diferenças existentes entre os dois grupos de menor renda dos municípios de Carai e Teófilo Otoni (RDPC1 e RDPC2). A população de menor renda de Carai tem sua receita financeira baseada nos programas assistenciais e que apresentam uma política de correção de valores diferente da política do salário mínimo, base da renda da população mais pobre de Teófilo Otoni. As correções do salário mínimo são mais significativas, fator que reduziu as perdas do poder de compra desta classe de renda *per capita* em Teófilo Otoni, mas que pouco interferiu em Carai, onde a correção dos valores referentes ao

Programa Bolsa Família não acompanhou os índices inflacionários, gerando grandes perdas no poder de compra do segmento de menor poder aquisitivo.

Tabela 7. Valores da Renda Média *Per Capita* Estimada para o Ano de 2010 dos Segmentos da População das Cidades de Carai e Teófilo Otoni, Minas Gerais, em Reais, Considerando os Valores Corrigidos pela Inflação, por Diferentes Índices, entre os Anos de 2000 e 2010

Carai						
	¹ RDPC	² RDPC1	³ RDPC2	⁴ RDPC3	⁵ RDPC4	⁶ RDPC5
IGPM (152,84%) ⁷	419,54	74,71	149,83	232,64	377,92	1.262,71
IPC-Fipe (85,57%) ⁸	307,91	54,76	109,97	170,74	277,37	926,76
INPC (107,60%) ⁹	344,47	61,26	123,02	191,01	310,30	1.036,96
IPCAg (101,18%) ¹⁰	333,81	59,57	119,22	185,11	300,70	1.004,71
IGP-DI (151,02%) ¹¹	416,51	74,08	148,75	230,96	375,20	1.253,62
Valor Real (2010)	244,29	26,42	92,46	157,47	256,63	688,35
Teófilo Otoni						
IGPM (152,84%) ⁷	1.050,57	136,31	308,74	506,99	897,51	3.403,35
IPC-Fipe (85,57%) ⁸	771,06	100,04	226,60	372,10	658,71	2.497,86
INPC (107,60%) ⁹	862,60	111,92	253,50	416,28	736,92	2.794,40
IPCAg (101,18%) ¹⁰	835,92	108,46	245,66	403,41	714,13	2.707,98
IGP-DI (151,02%) ¹¹	1.043,01	135,32	306,52	503,34	891,05	3.378,85
Valor Real (2010)	615,34	92,28	208,73	335,60	542,09	1.901,78

¹RDPC - Renda *per capita* média

²RDPC1 - Renda *per capita* média do 1º quinto mais pobre da população

³RDPC2 - Renda *per capita* média do 2º quinto mais pobre da população

⁴RDPC3 - Renda *per capita* média do 3º quinto mais pobre da população

⁵RDPC4 - Renda *per capita* média do 4º quinto mais pobre da população

⁶RDPC5 - Renda *per capita* média do 1º quinto mais rico da população

⁷IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado

⁸IPC-Fipe – Índice de Preços ao Consumidor

⁹INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

¹⁰IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

¹¹IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

Ambas as cidades apresentaram aumentos significativos nos valores do IDH Municipal na última década, sendo de 31,6% para o município de Carai e 19% para Teófilo Otoni. Apesar do aumento mais expressivo para Carai, o município continua classificado como de baixo desenvolvimento humano. Para Teófilo Otoni, apesar da menor taxa de elevação do IDHM, o mesmo saltou na década avaliada de um município de baixo desenvolvimento humano para de alto desenvolvimento humano, identificado pelos municípios com valores de IDHM superior a 0,7. Podemos concluir que o aumento dos valores de IDHM do município de Carai ocorreu devido aos investimentos públicos em salários e aposentadorias e ações assistenciais, diferentemente de Teófilo Otoni, onde ocorreram grandes investimentos em infraestrutura e empregos, não apenas públicos mas também privados, no comércio e nos serviços.

O baixo IDHM de Carai reflete-se na ação do Programa Bolsa Família, onde 46,21% da população é beneficiada com este recurso para complementação de sua renda ou como única fonte de renda. Em Teófilo Otoni, o percentual de pessoas contempladas neste programa é de 20,69%, muito abaixo dos valores de Carai. Estes elevados valores de benefícios do município de Carai são explicados pelo grande contingente de pessoas classificadas como pobres e extremamente pobres, apesar da queda destes números entre 2000 e 2010.

Em 2010 verificou-se que quase 23% da população de Carai foram classificadas como extremamente pobres, e aproximadamente metade da população, cerca de 45%, considerada pobre, com renda *per capita* entre 75 e 150 reais. Quando se avalia o grupo vulnerável à pobreza, os valores sobem para 72,16%, ou seja, três de cada quatro pessoas apresentam um elevado risco de fazerem parte de uma destas classes (pobres ou extremamente pobres). Em Teófilo Otoni a pobreza extrema apresenta valores reduzidos, em torno de 5,5% e a proporção de pobres, 17,79%, é muito inferior aos valores de Carai.

Estes resultados mostram que as ações assistencialistas de transferência de renda dos governos, apesar de fundamentais no processo de sobrevivência e renda mínima das pessoas, pouco alteram as características sociais da população, diferentemente de Teófilo Otoni, onde os investimentos públicos, como a criação da Universidade Federal, trouxeram investimentos indiretos na construção do

campus e diretos na contratação de funcionários. No setor privado, empresas como supermercados e de construção civil influenciaram positivamente na economia. Apesar de baixa remuneração, os seus valores são muito superiores aos valores de transferência de renda como os oferecidos pelo Programa Bolsa Família. Segundo Souza et al. (2010), quase dois terços da queda da desigualdade são devidos a um mercado de trabalho que remunera as pessoas de modo progressivamente mais igualitário, o que não surpreende uma vez que o mesmo responde por 75% da renda das famílias. Apesar da pouca percepção da resposta do Programa na evolução das faixas de renda da população mais carente de Carai, o Bolsa Família permanecerá tendo o seu caráter de essencialidade. Segundo Soares et al. (2010), se o Programa fosse suprimido a desigualdade cresceria, pois o Bolsa Família é o componente de renda mais progressivo existente. Haveria um crescimento de 16% na pobreza e quase um terço na pobreza extrema, uma vez que este benefício é uma importante fonte de renda para as famílias pobres e próximas da linha de pobreza.

TESTA et al. (2013) realizaram uma pesquisa no município de Porto Alegre com famílias que recebem o Bolsa Família. Parte das famílias informou que o Programa tem contribuído para a melhoria da situação de moradia. Uma das mães entrevistadas informou ter investido na casa comprando material de construção e eletrodomésticos. Verificou que, com a colocação do piso em alguns ambientes, a saúde do filho que sofre de asma melhorou, reduzindo as crises. A pesquisa mostrou que 48,6% dos entrevistados afirmaram que a situação da moradia melhorou. Para outros 43,7% a situação não se alterou e houve sete casos (6,8%) em que ocorreu piora na situação da família.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve o objetivo de avaliar a evolução socioeconômica de dois municípios da região Nordeste de Minas Gerais e com características distintas: Carai e Teófilo Otoni. A primeira de IDHM considerado baixo, e a segunda, a cidade polo da região de IDHM considerado alto. Os resultados mostraram que a renda *per capita* da população de Teófilo Otoni é superior à de Carai, nos cinco grupos de renda avaliados. O município de Carai viu crescer a diferença de rendimento *per capita*

dos 20% mais pobres da população em relação aos 20% mais ricos em 47,5% entre os anos de 2000 e 2010, enquanto em Teófilo Otoni esta diferença reduziu em 20,9%. Nas faixas de renda mais baixas observou-se maiores acréscimos neste período, na média de renda da população de Teófilo Otoni. Nos grupos de renda intermediários, os maiores acréscimos foram observados em Carai. Em relação à correção do salário mínimo, verificou-se que as perdas de renda ocorreram em todos os segmentos em ambas as cidades, perdas estas variando entre 50% e 70%. Em relação aos diversos índices inflacionários obtidos entre 2000 e 2010, as perdas dos diversos grupos de renda ocorreram também em ambas as cidades. No caso do grupo de menor renda, as perdas do poder de compra dos salários variaram entre 51,75% e 64,59% para Carai e 7,75% a 32,30% para Teófilo Otoni. Estas diferentes variações nos rendimentos *per capita* dos municípios ocorreram devido aos maiores investimentos públicos e privados no município de Teófilo Otoni, gerando empregos que, mesmo sendo com salários reduzidos, tiveram seus valores corrigidos de forma mais significativa devido aos aumentos reais do salário mínimo. No caso do município de Carai, quase metade da população depende do Programa Bolsa Família. Como seus valores não foram corrigidos acompanhando a inflação ou as correções do salário mínimo, ocorreu um aumento da desigualdade da renda no município.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. M. **Fome, não dá pra esquecer**. 2011. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/56300/1/FOME-NAO-DA-PRA-ESQUECER/pagina1.html>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

CACCIAMALI, M. C. Distribuição de renda no Brasil: Persistência do elevado grau de desigualdade. In: Pinto, D.; Vasconcellos, M. A. S. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva. 2002. p. 406-422

CARDOSO, E. Cyclical variations of earning inequality in Brasil. **Revista de Economia e Política**. v. 13, n. 4, p. 112-124, 1993.

CAVALCANTI, D. M.; COSTA, E. M.; SILVA, J. L. M. Programa Bolsa Família e o Nordeste: impactos na renda e na educação nos anos de 2004 e 2006. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 99-128, jan./abr. 2013.

FERREIRA, F.; LEITE, P.; LITCHFIELD, J.; ULYSSEA, G. Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 147-169, 2006.

FGV. Fundação Getulio Vargas. Indicadores de pobreza. In: **Indicadores sociais**. Disponível em: <portal.fgv.br >. Acesso em: 23 ago. 2015.

HOFFMANN, R. Desigualdade e pobreza no Brasil no período de 1979/97 e a influência da inflação e do salário mínimo. **Economia e Sociedade**, Campinas. v. 1, p. 199-221. Dez, 1998.

HOFFMANN, R. A distribuição de renda no Brasil no período de 1992-2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 2, n. 19, p. 213-235, jul./dez. 2002.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Objetivos de desenvolvimento do milênio**: relatório nacional de acompanhamento. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Relatório de gestão do exercício 2011**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/processodecontas/unidades-do-mds/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/arquivos/2011/1relatorio-de-gestao-snas-2011-final-290312.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 30 mar. 2015.

NEDER, H.; ALVES FILHO, N.; SOUZA, S. Acesso à renda e inflação de preços de alimentos no Brasil: análise dos efeitos do Programa Bolsa Família. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 53, n. 1, p. 51-70, jan./mar. 2015.

PEÑA, C. R.; PINHEIRO, D. S.; ALBUQUERQUE, P. H. M.; FERNANDES, L. M. A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro. v. 49, n. 4, p. 889-913, jul./ago. 2015.

ROCHA, S. Do consumo observado à linha de pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 27, n. 2, p. 313-352, ago. 1997.

SOARES, S.; SOUZA, P. H. G. F. S.; OSÓRIO, R. G.; SILVEIRA, F. G. Impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e pobreza. In: Castro, J. A.; Modesto, L. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília, IPEA, 2010. vol. 2, p. 25-52.

STANGLER, J. Brasil sem miséria: passados dez anos, Fome Zero quintuplica investimento e serve de modelo para outros países. **Estadao.com.br**, 16 out. 2011. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/radar-politico/tag/fome-zero/>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

TESTA, M. G.; FRONZA, P.; PETRINI, M.; PRATES, J. C. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p. 519-541, nov./dez. 2013.

Recebido em: 10 de setembro de 2015

Aceito em: 19 de novembro de 2015